



ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270
www.alpargatas.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Alpargatas S.A.
Prezados Acionistas, apresentamos a seguir desempenho financeiro consolidado da Alpargatas em 2020:

RECEITA LÍQUIDA

No acumulado do ano de 2020, a receita líquida foi de R\$3.364,3 milhões, alta de 2,6% versus 2019, destaca-se o recorde de receita mesmo durante um ano desafiador. No Brasil, abrimos a partir de maio mais de 40 mil pontos de venda, fortalecemos os canais de autosserviço e conveniência nos segmentos alimentar, farma, moda e de franquias omnichannel.

LUCRO BRUTO

No ano de 2020, o lucro bruto consolidado em R\$ cresceu 1,5% atingindo 52,3%. Excluindo o efeito dos custos de armazenagem na Europa ocorrido em todos os trimestres de 2020, o lucro bruto teria crescido 2,4% (em linha com a alta da Receita Líquida) e, portanto, teria mantido o patamar de margem bruta % de 2019.

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS COM VENDAS

No acumulado do ano de 2020, as despesas com vendas atingiram R\$1.060,4 milhões, alta de 100bps como percentual da receita líquida em relação ao mesmo período de 2019, devido, principalmente, ao aumento das provisões para devedores duvidosos em virtude da COVID19. Por outro lado, continuamos a otimizar os investimentos de propaganda e marketing, centralizando o controle na área corporativa, focando em performance e awareness em Havaianas e na reprojecção dos investimentos em produto.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No ano de 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$134,6 milhões ou 4,0% da receita.

OUTRAS (RECEITAS) DESPESAS OPERACIONAIS

Outras despesas operacionais totalizaram R\$253,0 milhões em 2020, explicada, principalmente, por itens não recorrentes, destacados abaixo:
No ano de 2020, as despesas não recorrentes totalizaram R\$160 milhões, sendo i) R\$81 milhões relacionadas, principalmente, ao fechamento de lojas nos Estados Unidos e da marca Osklen; (ii) R\$77 milhões referentes à reestruturação organizacional, principalmente pela venda de Mizuno e redesigno organizacional; e (iii) R\$63 milhões com gastos relativos à Covid19 (doações e colaboradores afastados do grupo de risco).

EBITDA

No acumulado do ano, o EBITDA societário foi de R\$435,9 milhões, retração de 25% em razão do aumento de despesas não recorrentes, descritas na sessão acima.

LUCRO LÍQUIDO

Sem o impacto da descontinuidade da operação de Mizuno e das despesas não recorrentes descritas acima, o Lucro Líquido Recorrente Atribuível aos Controladores seria de R\$448,9 milhões, estável em relação a 2019.

CAPEX

No acumulado do ano de 2020, investimos R\$187,1 milhões no total, dos quais R\$100,7 milhões foram investimentos em capacidade e eficiência das operações e R\$86,4 milhões foram direcionados à transformação digital e projetos de ganho de eficiência fabril e de supply chain.

POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2020, a Alpargatas apresentava posição financeira líquida (PFL) positiva de R\$461,1 milhões, resultante de saldo de caixa de R\$705,0 milhões (a geração de caixa operacional somou R\$369 milhões em 12 meses findos em dezembro de 2020) e endividamento de R\$243,9 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2020, as ações preferenciais (ALPA4) estavam cotadas a R\$42,00, e as ações ordinárias (ALPA3) a R\$37,85, valores 9,9% e 15,9% superiores aos de 30 de setembro de 2020, respectivamente. De outubro a dezembro, o Ibovespa registrou valorização de 25%. No encerramento do 4T20, o valor de mercado da Alpargatas na B3 era de R\$23 bilhões.

VALOR ADICIONADO

Em 2020, a Alpargatas gerou valor adicionado de R\$2,0 bilhões, distribuídos da seguinte forma: 47% aos empregados, 31% ao governo, 16% aos financiadores de capital e 7% para reserva de lucros.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, no período de outubro a dezembro de 2020, não foram contratados junto à KPMG Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contratou o seguinte serviço da KPMG Auditores Independentes: revisão do Formulário de Referência da Companhia, para esse serviço de desbolsado honorários de aproximadamente R\$75 mil.

A prestação do serviço não representou conflito de interesse, pois é permitida pelo órgão regulador e, consequentemente, não afetou a independência e objetividade necessárias ao desempenho do trabalho de auditoria.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	505.222	440.551	693.003	566.263
Contas a receber de clientes	6	1.070.960	885.918	982.709	883.288
Estoques	7	470.965	507.530	715.124	674.780
Impostos a recuperar	8	107.877	26.987	154.338	59.762
Despesas antecipadas		13.439	5.551	19.854	14.839
Ativo mantido para venda	11	72.981	150.584	72.981	367.819
Outros créditos		23.596	17.584	41.446	43.383
Total do ativo circulante		2.265.040	2.034.705	2.679.455	2.610.134
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	12.009	11.689	12.009	11.689
Contas a receber de clientes	6	1.521	2.845	1.521	2.845
Contas a receber pela venda de controlada	11	224.350	-	224.350	-
Impostos a recuperar	8	292.004	283.566	303.494	300.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	67.852	35.749	95.041	56.371
Depósitos judiciais	10	28.410	28.126	29.606	29.467
Partes relacionadas	22.1	25.391	25.758	-	-
Outros créditos		4.694	5.310	8.676	26.440
Ativo realizável à longo prazo					
Investimentos:					
Empresas controladas	12	286.245	344.658	-	-
Outros		145	145	2.451	2.294
Imobilizado	13	707.865	685.909	752.833	736.102
Ativo de direito de uso	15	95.447	101.069	337.975	431.493
Intangível	14	156.112	107.880	367.175	314.368
Total do ativo não circulante		1.902.045	1.632.704	2.135.131	1.911.906
TOTAL DO ATIVO		4.167.085	3.667.409	4.814.586	4.522.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	26	2.575.252	2.570.034	3.364.278	3.279.751
Custo dos produtos vendidos	27	(1.455.675)	(1.427.599)	(1.603.486)	(1.544.285)
LUCRO BRUTO		1.119.577	1.142.435	1.760.792	1.735.466
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	27	(463.880)	(472.867)	(1.060.354)	(1.000.501)
Despesas gerais e administrativas	27	(108.876)	(103.293)	(134.646)	(134.317)
Honorários dos administradores	22.4	(11.063)	(18.800)	(11.063)	(18.800)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(126.228)	(58.744)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(162.282)	(145.745)	(280.444)	(155.291)
		(872.329)	(799.449)	(1.486.507)	(1.308.909)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		247.248	342.986	274.285	426.557
Receitas financeiras	29	46.587	54.231	53.006	51.377
Despesas financeiras	29	(130.879)	(36.254)	(158.002)	(52.610)
Ganhos em operações com derivativos	29	5.835	15.013	5.835	16.333
Perdas em operações com derivativos	29	(3.100)	(9.129)	(3.100)	(9.129)
Varição cambial líquida		55.528	4.545	28.420	(6.451)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		221.219	371.392	200.444	426.077
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	9.2	(5.939)	(62.658)	(12.353)	(86.236)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9.2	22.662	(35.836)	20.453	(25.065)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		237.942	272.898	208.544	314.776
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	11	(97.747)	1.207	(81.658)	(55.441)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		140.195	274.105	126.886	259.335
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		140.195	274.105	140.195	274.105
Acionistas não controladores		-	-	(13.309)	(14.770)
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico e diluído por ação ON - R\$	32	0,2091	0,4275	0,2091	0,4275
Básico e diluído por ação PN - R\$	32	0,2301	0,4704	0,2301	0,4704
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Básico e diluído por ação ON - R\$	32	0,3437	0,5189	0,3437	0,5189
Básico e diluído por ação PN - R\$	32	0,3782	0,5710	0,3782	0,5710
LUCRO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Diluído por ação ON - R\$	32	(0,1346)	(0,0914)	(0,1346)	(0,0914)
Diluído por ação PN - R\$	32	(0,1481)	(0,1006)	(0,1481)	(0,1006)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		237.942	272.898	208.544	314.776
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		55.759	55.063	79.683	79.056
Resultado na venda/baixa do imobilizado		1.685	8.847	43.846	10.322
Resultado da equivalência patrimonial		126.228	58.744	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais e AVJ		94.376	13.552	98.822	15.380
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		14.080	18.479	16.010	19.704
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(16.723)	98.494	(8.100)	111.301
Perdas nos estoques - provisão e ajuste de inventário		15.011	(1.291)	20.103	(2.882)
Provisão para perda esperada (impairment) do contas a receber (Ganho) / perda com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		20.031	6.164	39.785	10.793
Atualização monetária de depósitos judiciais e créditos tributários		(2.735)	(5.884)	(2.735)	(7.204)
Provisão para perda no imobilizado/intangível - "impairment"		(107.375)	(75.571)	(107.375)	(88.909)
Outras provisões		(178)	77.179	(178)	77.179
Opções outorgadas reconhecidas		(256)	211	(256)	211
Provisão de juros - IFRS 16		2.903	15.995	2.903	15.995
Depreciação de direito de uso - IFRS 16		8.328	4.650	22.034	18.239
Resultado na baixa de direito de uso - IFRS 16		15.722	13.424	81.924	72.142
Caixa líquido gerado / (consumido) pelo ativo mantido para venda		(126)	(230)	772	(138)
Provisão para plano de incentivo de Longo Prazo		(59.495)	32.805	(57.930)	26.750
		45.375	63.494	46.433	65.024
Total		450.552	657.023	484.285	737.739

Redução (aumento) no ativo:				
Contas a receber de clientes	(145.709)	(127.870)	(44.003)	(46.404)
Estoques	(46.738)	(87.313)	(70.328)	(112.685)
Despesas antecipadas	(7.888)	1.453	(2.644)	5.928
Impostos a recuperar	10.966	(7.582)	12.387	(21.503)
Outros créditos	(26.924)	28.256	(48.203)	(11.581)

Aumento (redução) no passivo:				
Forneceadores	71.163	(30.229)	33.509	(37.649)
Risco Sacado	137.034	50.095	139.870	78.394
Obrigações tributárias	7.084	(69)	(6.797)	6.319
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(9.597)	(55.914)	(22.496)	(76.299)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(35.826)	13.674	(40.981)	17.219
Contingências	(12.647)	(14.827)	(19.648)	(18.680)
Recebimento de derivativos	2.781	2.410	3.195	4.339
Pagamento de encargos, de empréstimos e financiamentos	(188.388)	(19.450)	(208.495)	(22.974)
Demais contas a pagar de operação descontinuada	44.715	-	44.715	-
Outras obrigações	(5.203)	(10.378)	58.414	29.287
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	245.375	399.279	312.780	531.450
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento/aporte de capital em controladas	(18.789)	(39.611)	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	(160.301)	(123.116)	(187.080)	(144.230)
Aplicações financeiras	(17.528)	(207.428)	(17.528)	(207.428)
Resgate de aplicações financeiras	22.189	222.556	22.189	222.556
Resultado na Venda de Controlada	70.854	-	71.002	-
Caixa líquido consumido pelo ativo mantido para venda	(6.287)	(20.251)	(6.287)	(20.251)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	(109.862)	(167.850)	(117.704)	(149.353)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captações de empréstimos e financiamentos	2.125.600	-	2.261.671	114.393
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	(2.151.812)	(144.682)	(2.242.030)	(374.928)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(30.207)	(36)	(30.207)	(36)
Pagamento de principal de arrendamento mercantil IFRS 16	(10.377)	(8.516)	(62.876)	(52.547)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil IFRS 16	(8.328)	(4.650)	(22.034)	(18.239)
Venda de ações em tesouraria	4.282	-	4.282	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	(70.842)	(157.884)	(91.194)	(331.357)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	22.858	(3.259)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.671	73.545	126.740	47.481
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	440.551	367.006	566.263	518.782
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	505.222	440.551	693.003	566.263
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.671	73.545	126.740	47.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total	
	Capital social	Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria	Incentivos fiscais - Subvenção para Investimentos	Outorga de ações	Legal	De incentivos fiscais							Para investimentos
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2019	648.497	3.558	169.241	-	67.754	1.630.804	1.449	(64.248)	(76.242)	-	2.380.813	-	
Aumento de capital.....	851.503	-	-	-	-	(851.503)	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	274.105	274.105	(14.770)	259.335	
Ajuste de hiperinflação IAS 29.....	-	-	-	-	-	-	-	(18.603)	-	(18.603)	(13.508)	(32.111)	
Outorga de ações.....	-	-	-	15.995	-	-	-	-	-	15.995	-	15.995	
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	8.699	-	8.699	30.914	39.613	
Realização de custo atribuído ao imobilizado de controlada e coligada.....	-	-	-	-	-	-	-	(10.200)	-	(10.200)	-	-	
Perda na mudança de participação em controlada.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados.....	-	-	-	-	-	-	-	(11.777)	-	(11.777)	-	(11.777)	
Dividendos adicionais propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.309	1.309	
Dividendos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	-	-	22.831	-	(22.831)	-	-	
Para reserva legal.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.610)	-	(7.610)	
Para incentivos fiscais.....	-	-	-	-	1.602	-	-	-	-	(1.602)	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.500.000	3.558	169.241	15.995	69.356	1.021.363	1.181	(64.248)	(96.346)	140.195	2.642.931	91.661	2.734.592
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140.195	-	140.195	
Ajuste de hiperinflação IAS 29.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)	(12)	(326)	
Venda de ações em tesouraria (ILP).....	-	3.435	-	-	-	-	-	848	-	4.283	-	4.283	
Outorga de ações.....	-	-	-	2.903	-	-	-	-	-	2.903	-	2.903	
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	180.213	180.213	(8.523)	171.690	
JCP e dividendos não reclamados.....	-	-	-	-	-	-	1.355	-	-	1.355	-	1.355	
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.831)	(22.831)	
Constituição de reservas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Para incentivos fiscais.....	-	-	-	-	-	140.195	-	-	-	(140.195)	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.500.000	6.993	169.241	18.898	69.356	1.161.558	2.536	(63.400)	83.553	140.195	2.948.735	69.817	3.018.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais
A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261 9º, 10º e 11º andares e registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com os códigos de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa 3.

1.2. Venda das operações de Topper e Rainha

Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou a alienação de 21,8% do capital social da ASAI. Nesta mesma data ocorreu a alienação de 2,18% do capital da Dialog S.A. ("Dialog") pertencentes à controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. ("Fibrasil"), adquiridos pela Companhia.

O preço dessas alienações foi de R\$ 100.000, com valor de entrada de R\$ 40.000 pagos pelo comprador em dezembro de 2018, os R\$ 60.000 restantes fez parte do preço remanescente.

Ainda no contexto dessa operação, a Companhia efetuou a compra de 7,82% de participação do capital social da Dialog pertencentes à controlada Fibrasil pelo valor de R\$ 1.494.

Em 27 de dezembro de 2019 o comprador exerceu antecipadamente, em comum acordo com a Companhia, a opção de compra da participação acionária restante da ASAI. A transferência das ações da ASAI, objeto do período da opção de compra, estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes inerentes a esse tipo de operação, tais como inexistência de restrições, formalização das garantias, aprovações societárias, entre outras.

O preço da aquisição pela totalidade das ações da ASAI foi de R\$ 260.000, que já inclui o valor de R\$40.000 pago anteriormente, podendo o preço de R\$ 220.000 remanescente ser ajustado de forma positiva ou negativa em até 25%, caso ocorram determinados eventos extraordinários previstos no contrato de compra e venda. A Companhia efetuou análise de expectativa desses eventos ocorrerem e até a data de publicação desse relatório. A melhor estimativa é de que não ocorreram ajustes no preço.

O preço será pago à Companhia em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, corrigidas, sendo a primeira parcela devida no terceiro aniversário da data de fechamento da opção de compra.

A Companhia cumpriu com as cláusulas precedentes e o contrato final de venda foi assinado entre as partes em 04 de março de 2020, culminando nas transferências das ações ao Comprador e na baixa definitiva do investimento, conforme demonstrado na nota explicativa 11.

1.3. Venda das operações da Mizuno

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia celebrou com a Vulcabras Azaleia - CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (conjuntamente denominadas "Vulcabras") um Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca "Mizuno" no Brasil, que compreende os ativos (excluindo ativos industriais) e as atividades de comercialização dos produtos "Mizuno" (incluindo os canais de e-commerce e as lojas operadas exclusivamente sob a marca "Mizuno"), bem como a relação contratual com Mizuno Corporation.

O fechamento da operação esteve sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a segregação de tal unidade de negócio em uma nova sociedade, a assinatura entre Vulcabras e Mizuno Corporation de um contrato de distribuição e a aprovação da operação junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A avaliação base do negócio foi de aproximadamente R\$ 200.000, fundamentada no montante de seu capital de giro. A estrutura de pagamento foi da seguinte forma: i. os recebíveis não foram transferidos para a Vulcabras no montante aproximado de R\$ 160.000; ii. a Vulcabras adiantou R\$ 10.000 até o fechamento da operação e o preço final foi definido pelo saldo do estoque apurado na data do fechamento da operação, incluindo o valor dos ferramentais.

A realização desta operação está em linha com o planejamento estratégico, intensificando o plano de crescimento através de investimentos em tecnologia e inovação, priorizando a expansão global, digital e de portfólio das marcas Havaianas e Osklen.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada, sem qualquer restrição, pelo CDE, a operação de alienação à Vulcabras Azaleia - CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (conjuntamente denominadas "Vulcabras") de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca "Mizuno" no Brasil. mencionada aprovação foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2020, sob Despacho SG nº 1550/2020, e foi confirmada após 15 dias (prazo para eventual interposição de recurso contra a aprovação).

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu a primeira etapa de venda dessa operação, conforme descrito na nota explicativa 35.

Os ativos e passivos, bem como o desempenho operacional, vinculados a esta operação, estão demonstrados na nota explicativa 11.

1.4. Início de novas operações

Em dezembro de 2019 iniciou a operação da controlada Alpargatas Trading (Shanghai) Co. Ltd. (China) e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

1.5. Efeito Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações. Através do Comitê de Crise, também implementou uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, bem como de atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. Para proteger a liquidez, a Companhia fortaleceu a posição de caixa através da captação de linhas de crédito bancárias, conforme descrito na nota explicativa 18 e com isso incorreu em despesas financeiras, conforme mencionado na nota explicativa 29.

A Companhia vem revisando o impacto da crise no contas a receber, em função do aumento do risco de crédito, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cadeia e apoiar sua rede de clientes e franqueados e efetuou prorrogação de títulos. Essas medidas resultaram em uma perda esperada adicional no 1º semestre, não foram registradas perdas no 2º semestre, conforme divulgado na nota explicativa 6.

No primeiro trimestre a Companhia revisou as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável dos ágios, ativos fixos e ativos alocados nas UGCs considerando o cenário do surto e a revisão não resultou no reconhecimento de provisão adicional. No quarto trimestre a Companhia efetuou uma nova avaliação e não identificou indícios de desvalorização conforme divulgado na nota explicativa 12.1.

Durante o período inicial da pandemia a Companhia manteve uma parcela dos funcionários em casa por parada obrigatória, por afastamento médico com suspeita ou confirmação da COVID19. Ocorreram também gastos com indenização compensatória conforme proposto pela MP 936. O custo de mão de obra e demais despesas de fabricação, do período de março a dezembro de 2020 foram contabilizados diretamente no resultado em Custo dos produtos vendidos, conforme divulgado na nota explicativa 27.

No período de abril a dezembro de 2020 a Companhia efetuou, através do Instituto Alpargatas, doações de produtos, dinheiro e outros materiais, conforme divulgado na nota explicativa 28.

No período entre março a junho de 2020 a Companhia renegociou alguns contratos e obteve descontos no pagamento de alugueis de lojas e escritórios, conforme mencionado na nota explicativa 15.

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas projeções atuais revisadas em decorrência da pandemia, conforme demonstrado na nota explicativa 9.

A administração tem priorizado a continuidade dos negócios e preservação do seu ecossistema e de parceiros, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A Diretoria aprovou e o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2021.

2.2. Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferido, provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, provisão para perdas esperadas (*Impairment*), provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, avaliação do valor recuperável do ágio, vida útil dos bens do imobilizado e intangível, instrumentos financeiros derivativos, evidencição de economia hiperinflacionária e plano de incentivo de longo prazo.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Operações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6.2 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*Impairment*) de contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 7 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*Impairment*) de estoques;
- Nota explicativa 9.1 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 12.1 - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*Impairment*); ativos fixos e demais ativos alocados às UGCs;
- Nota explicativa 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 23.2 - Plano de incentivo de longo prazo: principais premissas para cálculo do valor da ação;
- Nota explicativa 31.3 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("hedge accounting").

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPI" - Somente pagamento de principal e juros).

Modelos de negócios: Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxos de caixa contratuais, do recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas, ou ambos. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de "outros" modelos de negócios e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios, que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixa contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

SPPI: A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de "SPPI") é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de vender esses ativos. No caso da identificação de ativos financeiros que introduzam exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente: Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e os que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa 6. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras", usando o método da taxa de juros efetiva.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto pelo reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do exercício. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge*, para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo, na designação inicial, a parcela correspondente as variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado "DVA - Debit Valuation Adjustment") é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma sendo infrequente a ocorrência de reclassificações. No caso da ocorrência de reclassificação, a mesma é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação).

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são representados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou, de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge"

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

e) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f) Receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto.

O Grupo possui com determinados clientes acordos comerciais que permitem alguns descontos especiais, esses descontos são contabilizados como redutor da receita de vendas.

g) Receita e despesa financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

h) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de

Continuação de 6.1. Contas a receber de clientes terceiros por idade de vencimento Mercado Interno

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer.....	841.429	740.094	893.970	778.907
Vencidas:				
Até 30 dias.....	5.964	20.443	7.969	22.788
De 31 a 60 dias.....	1.159	2.668	1.750	3.773
De 61 a 90 dias.....	1.022	3.479	1.399	4.119
De 91 a 180 dias.....	5.242	4.040	6.728	4.572
Mais de 181 dias.....	36.497	25.587	40.446	28.754
Total	891.313	796.311	952.262	842.913

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer.....	12.272	25.594	67.760	61.741
Vencidas:				
Até 30 dias.....	198	893	8.752	14.081
De 31 a 60 dias.....	87	-	1.804	666
De 61 a 90 dias.....	-	-	2.007	692
De 91 a 180 dias.....	484	2	14.805	3.424
Mais de 181 dias.....	7.330	4.705	15.225	8.174
Total	20.371	31.194	110.353	88.778

6.2. Provisão para perdas esperadas (Impairment) As movimentações da provisão para perdas esperadas (impairment) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(47.739)	(60.406)
Adições e reversões.....	(6.164)	(11.676)
Baixa e outros movimentos.....	15.965	26.524
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(37.938)	(45.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(37.938)	(45.558)
Adições e reversões.....	(20.031)	(39.785)
Baixa e outros movimentos.....	3.253	6.958
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(54.716)	(78.385)

Adições e reversões da provisão para perdas esperadas (impairment) são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para perdas esperadas (impairment) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer.....	(13.686)	(5.230)	(13.685)	(5.230)
Vencidas:				
Até 30 dias.....	(467)	(1.335)	(701)	(1.454)
De 31 a 60 dias.....	(173)	(489)	(226)	(548)
De 61 a 90 dias.....	(212)	(1.221)	(265)	(1.247)
De 91 a 180 dias.....	(1.012)	(1.815)	(1.424)	(1.875)
Mais de 181 dias.....	(31.836)	(23.143)	(34.076)	(24.929)
Total	(47.386)	(33.233)	(50.377)	(35.283)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer.....	-	-	(419)	(1.038)
Vencidas:				
Até 30 dias.....	-	-	(223)	(81)
De 31 a 60 dias.....	-	-	(545)	(199)
De 61 a 90 dias.....	-	-	(13.550)	(783)
De 91 a 180 dias.....	(7.330)	(4.705)	(13.271)	(8.174)
Mais de 181 dias.....	(7.330)	(4.705)	(28.008)	(10.275)
Total Geral	(54.716)	(37.938)	(78.385)	(45.558)

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado nos quadros da nota explicativa 6.1. De acordo com a política de cobrança, os títulos em atraso precisam receber alguma tratativa em até 45 dias e, caso não haja uma evolução positiva na negociação em até 90 dias, estes são encaminhados para assessoria de cobrança externa ou para cobrança judicial. As provisões para perdas esperadas (impairment) são reconhecidas de acordo com as normas do CPC48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda, e impactos macroeconômicos no comportamento da inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes e de acordo com o aging da carteira e correlação desses fatores para apuração da perda esperada no contas a receber. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente. Adicionalmente, para clientes específicos a Companhia efetua uma avaliação individual na qual são analisadas as garantias reais ou renegociações já aprovadas pela Administração. Para esses casos, não é constituída provisão, a valor desses casos em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 12.034 na Controladora e de R\$ 13.747 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$2.444 na controladora e R\$3.825 no consolidado) no mercado interno e de R\$ 1.954 no Consolidado para o mercado externo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a análise dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19 em sua carteira de recebíveis. No 1º semestre a Companhia efetuou provisionamento adicional no montante de R\$ 11.364 na Controladora e R\$ 22.256 no Consolidado devido à incerteza no recebimento de clientes de menor porte, pedidos de recuperação judicial em função dos impactos da crise e risco sobre carteira de franqueados que tiveram seus títulos prorrogados. No segundo semestre não ocorreram provisões adicionais, em função da retomada do mercado e do cumprimento satisfatório dos acordos realizados durante o 1º semestre.

7. ESTOQUES

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido do custo de venda e por eventuais perdas, quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados.....	147.816	241.188	384.494	399.456
Produtos em processo.....	39.814	32.138	40.108	32.422
Matérias-primas.....	200.518	152.791	199.662	153.183
Importações em andamento.....	80.356	79.115	80.356	79.754
Outros.....	2.461	2.298	10.504	9.965
Total	470.965	507.530	715.124	674.780

As movimentações da provisão para perdas nos estoques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(27.962)	(41.673)
Adições e reversões.....	1.291	2.431
Baixa e outros movimentos.....	3.640	10.514
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(23.031)	(28.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(23.031)	(28.728)
Adições e reversões.....	(15.011)	(20.103)
Baixas/Variação cambial.....	9.929	6.647
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(28.113)	(42.184)

A Companhia constituiu provisão para perdas nos estoques com base no giro, tempo de vida das coleções, linha de produto e no tempo em que o produto está fora de linha. Adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e implementa plano de ação para realização de itens obsoletos.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Antecipações de imposto de renda e contribuição social.....	4.744	-	4.745	5
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	6.879	275	10.470	1.119
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	4.629	7.725	4.629	7.725
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (ii).....	9.432	-	9.432	-
PIS e COFINS a compensar (i).....	356.925	279.973	372.630	297.104
INSS a Recuperar.....	12.850	18.923	12.850	18.923
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha:				
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).....	-	-	4.953	3.463
Antecipações de imposto de renda.....	-	-	24.645	22.077
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia:				
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).....	-	-	7.026	3.888
Antecipações de imposto de renda.....	-	-	524	245
Outros.....	4.422	3.657	5.928	6.050
Total	399.881	310.553	457.832	360.599
Parcela do circulante.....	107.877	26.987	154.338	59.762
Parcela do não circulante.....	292.004	283.566	303.494	300.837

(i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, já transitado em julgado, conforme descrito na nota explicativa 23.3, tendo sido iniciada a liquidação judicial dos créditos oriundos do período de março de 1996 a maio de 2008 (COFINS), com expectativa de realização do respectivo saldo nos próximos cinco anos. Para o período de março de 2002 a dezembro de 2014 (PIS), a Companhia optou por habilitar o crédito a ser compensado ao invés da liquidação judicial e tem a expectativa de realização do valor de R\$ 85.501 em até 1 ano, sendo que o valor de R\$ 17.465 já foi compensado no quarto trimestre de 2020. Por sua vez, não espera ter nenhum impacto quanto à realização desses créditos por conta do surto da COVID-19, levando em consideração suas projeções atuais.

(ii) Refere-se a ganho de ação de crédito prêmio de IPI do período de dezembro de 1981 a fevereiro de 1982.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1. Diferidos Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				
Provisão para perdas esperadas (Impairment).....	6.647	9.265	8.459	6.808
Provisão para perdas nos estoques, incluindo impostos.....	10.627	5.431	12.570	9.633
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas.....	21.977	8.304	21.977	8.304
Provisão para plano de incentivo de longo prazo.....	31.909	19.115	34.859	20.898
Provisão para perda no valor recuperável do imobilizado (impairment).....	6.011	2.261	6.011	2.261
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas.....	1.624	2.380	1.624	2.380
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	-	-	14.784	15.042
Valor justo de instrumento financeiro derivativo.....	474	459	474	459
Ajuste a valor presente - Lei nº 11.638.....	-	832	-	1.531
Impostos diferidos sobre lucros não realizados.....	10.149	7.263	10.149	7.263
Outras diferenças temporárias.....	25.484	9.886	27.016	15.969
Total de créditos fiscais brutos	104.753	57.933	138.972	90.548
Passivo				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente (i).....	18.313	18.248	18.313	18.248
Variação monetária de depósitos judiciais.....	4.070	3.936	4.070	3.936
Variação na taxa de depreciação fiscal de bens do ativo imobilizado (iii).....	14.518	-	14.518	-
Valor justo decorrente de combinação de negócios (ii).....	-	-	58.856	60.910
Total de débitos fiscais brutos	36.901	22.184	95.757	83.094
Total de créditos fiscais, líquidos	67.852	35.749	43.215	7.454
Tributos diferidos ativos.....	67.852	35.749	95.041	56.371
Tributos diferidos passivos.....	-	-	51.826	48.917
Total de créditos fiscais, líquidos	67.852	35.749	43.215	7.454

(i) A Companhia aproveitou o benefício fiscal do ágio pela incorporação controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

(ii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apurados sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da aquisição do controle da Osklen. A reversão do passivo ocorre à medida que os intangíveis com vida útil definida são amortizados.

(iii) Durante o exercício de 2020 a Companhia passou a utilizar a taxa fiscal de depreciação para fins de cálculo do imposto de renda.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	31/12/2020
2021.....	26.073
2022.....	27.700
2023.....	27.944
2024.....	28.265
2025 em diante.....	28.512
Total - Consolidado	138.492

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas. O valor dos créditos tributários, não reconhecidos contabilmente, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos.....	49.953	23.163
Osklen USA Holding Corp - Estados Unidos.....	6.990	4.882
Alpargatas Asia Ltd. - Hong Kong.....	1.989	375
Alpargatas Trading (Shanghai) Co., Ltd.....	2.050	-
Alpargatas India Fashion Private Ltd. - Índia.....	3.429	1.264
Terras de Aventura Ind. de Artes Esportivos S.A.....	-	-
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia.....	3.424	-
Total de crédito tributário não constituído	75.820	29.684

O crédito tributário sobre os prejuízos fiscais gerados por controladas nos Estados Unidos tem prazo de até 20 anos para ser compensado (data de expiração). A Companhia revisou a recuperabilidade do prejuízo fiscal em função das mudanças de controle e ajustou os valores de acordo com as regras fiscais americanas.

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	71.794	28.047
Efeitos no resultado.....	(35.836)	(25.065)
Varição cambial e outros movimentos.....	(209)	4.472
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.749	7.454
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.749	7.454
Efeitos no resultado.....	22.662	20.453
Varição cambial e outros movimentos.....	9.441	15.308
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67.852	43.215

9.2. Correntes: Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	221.219	371.392	200.444	426.077
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social.....	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente.....	(75.214)	(126.273)	(68.151)	(144.866)
Resultado de equivalência patrimonial.....	(42.917)	(19.973)	-	-
Subvenção para investimento - ICMS.....	73.877	66.428	73.877	66.428
Subvenção fiscal federal - IRPJ.....	17.659	42.558	17.659	42.558
Prejuízo fiscal não constituído e ajuste de equalização de taxas de controladas.....	-	-	(58.570)	(14.035)
Efeito da reversão do impairment do ágio Argentina.....	24.816	(24.816)	24.816	(24.816)
Crédito fiscal por equalização de taxa de operação descontinuada (i).....	27.002	-	27.002	-
Impairment do ágio Argentina.....	-	(43.805)	-	(43.805)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas.....	(8.500)	7.387	(8.533)	7.235
Total de despesa com imposto de renda e contribuição social	16.723	(98.494)	8.100	(111.301)
Correntes.....	(5.939)	(62.658)	(12.353)	(86.236)
Diferidos.....	22.662	(35.836)	20.453	(25.065)
Alíquota efetiva.....	(8%)	27%	(4%)	26%

(i) A equalização de taxas incluindo incentivos fiscais, excesso de royalties de Mizuno e diferenças temporárias (provisões para perdas nos estoques, indenizações trabalhista e outras provisões)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos tributários.....	24.452	24.067	24.452	24.067
Processos civis.....	38	322	38	322
Reclamações trabalhistas.....	3.920	3.737	5.116	5

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	12.589	6.693	12.444	31.726
Adições.....	13.441	44	2.252	16.010
Pagamentos/Variação cambial.....	(10.449)	-	(6.626)	(17.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	15.581	6.737	8.343	30.661

23.1. Perdas possíveis (não provisionadas)

Contingências passivas, com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias:				
Auto de infração - IRRF.....	(i) 4.634	4.591	4.634	4.591
CSLL e IRPJ.....	12.653	12.523	12.653	12.523
Royalties.....	(iii) 9.683	9.533	9.683	9.533
Crédito de PIS/COFINS.....	(iv) 3.209	3.165	3.209	3.165
Outras.....	7.815	7.643	8.057	7.882
Total Tributárias.....	37.994	37.455	38.236	37.694
Cíveis.....	(v) 22.548	40.575	34.965	51.317
Trabalhistas.....	3.067	4.770	5.002	8.824
Total Geral.....	63.609	82.800	78.207	97.835

(i) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
(ii) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
(iii) Autos de infração visando à cobrança de I, PII, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a título de royalties.
(iv) Glosa de compensações com créditos tributários, em sua maioria, oriundos de operações de fretes.
(v) Referem-se, principalmente às ações indenizatórias.

23.2. Ativos contingentes

A Companhia possui discussões judiciais objetivando a recuperação de tributos, cujo prognóstico de êxito é provável de acordo com seus assessores jurídicos. Entre as principais ações, destaca-se a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta.
Como se tratam de ativos contingentes, sua mensuração e contabilização se darão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta ocorrer de forma definitiva.

23.3. Questionamento judicial - ICMS na base do PIS e COFINS

A Companhia questionou judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS desde maio de 1993 e na base de cálculo do PIS desde março de 2002.

No período de junho de 2008 até dezembro de 2014, a Companhia valeu-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para excluir o ICMS da base de cálculo da COFINS, sem a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Tais valores foram registrados como passivo com exigibilidade suspensa. Essa provisão de R\$190.500 foi estornada pela Companhia em 2017, em razão do julgamento pelo STF, em sede de repercução geral, do Recurso Extraordinário nº 574.706, em 15 de março de 2017. Naquela ocasião ficou-se a tese favorável aos contribuintes: "o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS". O julgamento foi devidamente formalizado com a publicação das respectivas Atas em 17 de março de 2017 e 20 de março de 2017.

Em 25 de setembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial que discutiu o período de maio de 1993 a dezembro de 2014 para a COFINS. Os montantes envolvidos nesta ação correspondem aos valores discutidos acima, a R\$ 15.000, depositados em juízo, relativos ao período de maio de 1993 a fevereiro de 1996, e R\$ 188.932, pagos a maior, relativos ao período de março de 1996 a maio de 2008. Tais ativos foram reconhecidos pela Companhia em 31 de setembro de 2018 na rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 4 de abril de 2019, ocorreu o trânsito em julgado da ação que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS no período de março de 2002 a dezembro de 2014. O montante envolvido nesta ação corresponde a R\$ 85.637. Tal valor foi reconhecido pela Companhia em 30 de abril de 2019 em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais".

A ação que discute o PIS e a COFINS relativos ao período de janeiro de 2015 em diante, teve seu trânsito em julgado certificado no dia 6 de abril de 2020. O montante envolvido nesta ação corresponde a R\$ 93.941. Tal ativo foi reconhecido pela Companhia em abril de 2020, em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais".

Em todas as ações a Companhia requereu em seu pedido a exclusão da parcela do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, a Companhia, para fins de mensuração do seu direito, excluiu da base do PIS e da COFINS todo o ICMS que nela foi incluído, entendendo ser essa a melhor estimativa do direito obtido pelas decisões judiciais transitadas em julgado. Em março de 2019, ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A.. Por tal razão, encerrado o trabalho de levantamento dos valores oriundos desta ação, tal Companhia registrou um ativo da ordem de R\$ 17.131, calculado nos termos da Solução de Consulta Intema COSIT nº 13, tendo em vista que a respectiva decisão transitada em julgado ponderou acerca da pendência de julgamento dos Embargos de Declaração no RE nº 574.706.

A Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. estima um valor da ordem de R\$ 14.992 a ser reconhecido quando do julgamento dos Embargos de Declaração no RE nº 574.706 que aguarda nova pauta de julgamento pelo STF depois de ter sido retirado da pauta do dia 1º de abril de 2020 em razão da pandemia causada pela COVID-19.

A Companhia tem expectativa de realização desses saldos em cinco anos contados dos trânsitos em julgado dos processos.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1. Plano de aposentadoria

A Companhia patrocina um plano de aposentadoria para todos os seus empregados, utilizando a Entidade Fechada de Previdência Complementar, a ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar na modalidade de contribuição definida, no qual o participante efetua contribuição e a Companhia complementa essa contribuição. Além disso, concedeu um plano próprio de aposentadoria e benefícios de renda vitalícia ("Plano Informal") para um grupo fechado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, que será extinto após o falecimento do último beneficiário.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo atuarial referente a esses planos, oriundo do excedente das aplicações frente ao passivo atuarial é de R\$ 1.311 (R\$ 2.153 de ativo em 31 de dezembro de 2019).

	ALPAPREV		Plano Informal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações de contribuição definida.....	45.094	46.561	197	188
Valor justo dos ativos do plano.....	61.705	65.134	-	-
Valor presente das obrigações(ativos) líquidos.....	(16.611)	(18.573)	197	188
Teto de ativo "asset ceiling".....	15.103	16.232	-	-
Valor presente das obrigações(ativos) líquidos.....	(1.508)	(2.341)	197	188

24.2. Plano de incentivo de longo prazo

a) "Novo plano de incentivo de longo prazo"
Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o denominado "Novo plano de incentivo a longo prazo (ILP)". O plano ILP é baseado em uma política de geração de valor que permite a alguns empregados da Companhia e suas controladas adquirir direitos com a Companhia, baseado na distribuição de uma parcela da criação de valor futuro para a Companhia que supere a taxa de retorno mínima (*ke / hurdle rate*) para seus acionistas, e tem como parâmetros de valor: (i) mercado (BM&F Bovespa); (ii) econômico (múltiplo de EBITDA); e (iii) múltiplo de dividendos.

A participação individual dos beneficiários na criação de valor acima da taxa mínima é operacionalizada por meio da concessão de Unidades Virtuais de Valor ("UVVs"), cujo valor individual é calculado mediante a: (i) ponderação da cotação média das ações dos últimos 60 pregões (40%); (ii) múltiplo de EBITDA descontada da dívida líquida dividido pelo número de ações (40%); e (iii) dividendos e juros sobre capital próprio por ação dividido pelo *dividend yield* (20%).

As conversões das UVVs em pagamento serão realizadas pelo beneficiário em até cinco anos e três meses do início de cada programa anual, desde que respeitados os prazos de carência de: (i) até 36 meses: não será permitida conversão; (ii) após 36 meses: até 33%; (iii) após 48 meses: até 66%; descontadas as já exercidas e; (iv) após 60 meses: até 100%, descontadas as já exercidas. A liquidação será feita em dinheiro.

O novo plano teve início em 1º de janeiro de 2015 e previa cinco programas anuais, no entanto ocorreram distribuições apenas nos anos de 2015 e 2016 sendo encerrado para implantação de um novo modelo.

b) Plano de ações diferidas especial

Em 14 de novembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano extraordinário de ações virtuais diferidas (programa *phantom*), com outorga única e vigência de 5 anos. O plano estabelece as condições gerais do incentivo definido após a mudança de controle ocorrida em 2017, com o objetivo de reter os principais executivos da Companhia e suas controladas, por meio de uma outorga especial de ações diferidas de emissão da Companhia.

Cada ação virtual diferida atribui a seu titular o direito ao recebimento em caixa do valor de mercado de 1 (uma) ação preferencial (B3: "ALPA4"), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos proventos, e deduzido o imposto de renda e outros encargos que incidam sobre o valor da ação. Em casos específicos os participantes poderão optar por receber, na data do exercício, ações em tesouraria compradas pelo participante pelo valor líquido de imposto, divididas pelo valor de mercado.

A aquisição do direito ao exercício das ações diferidas ocorrerá de forma gradativa, em 3 (três) parcelas iguais de 1/3 das ações diferidas, e a primeira parcela poderá ser exercida a partir de 1º de setembro de 2020 e as demais nos anos subsequentes.

O plano entrou em vigor imediatamente após a sua aprovação e terá vigência até 31 de outubro de 2022.

c) Plano de ações restritas

Em 20 de março de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano de ações restritas, cujo objeto é a outorga de ações restritas como parte da estrutura de remuneração da Companhia a fim de atrair, motivar e reter executivos da Companhia e/ou de suas controladas, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia, suas controladas e de seus acionistas, estimulando a aceleração da estratégia de crescimento da Companhia.

O plano foi implementado, por meio de programas outorgados aos executivos e com celebração de contratos individuais entre a Companhia e os participantes especificando a quantidade de ações restritas recebidas e os demais termos e condições, incluindo a continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador, conforme o caso, de cada participante com a Companhia pelos períodos de 5 anos, com relação ao primeiro lote de outorga de ações restritas, e 10 anos, com relação ao segundo lote de outorga de ações restritas, contados da data de celebração do respectivo contrato individual e sujeito ao cumprimento da meta de valorização mínima das ações restritas considerando ao acumulado do IPCA + 3% (três por cento) ao ano sobre o preço de outorga por ação preferencial, o participante adquirirá o direito de tornar-se titular das ações restritas, líquidas de impostos após a devida tributação, observadas as hipóteses de desligamento previstas no plano. Adicionalmente ao número máximo de ações restritas a Companhia irá, conforme termos e condições do plano e do programa, entregar ao participante 0,30 (zero vírgula trinta) ação preferencial adicional para cada ação preferencial eventualmente adquirida pelo participante durante o período de validade do programa, respeitando-se o limite máximo estipulado em contrato.

O plano abrirá, a qualquer tempo: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações preferenciais de emissão da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores; (d) pela dissolução e liquidação da Companhia; ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação do plano.

d) Programa de sócios - Plano discricionário

Em 15 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um novo plano de ações restritas que tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos beneficiários; e (b) o conceito de meritocracia e valorização da performance e potencial crescimento da Companhia.

A outorga foi realizada mediante a celebração de contratos entre a Companhia e os beneficiários, onde foram especificadas a quantidade de ações e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A quantidade de ações outorgadas levou em consideração o *target* de salários previstos e aprovados na política de remuneração da Companhia e a última avaliação de performance e potencial, ou qualquer tipo de avaliação individual que foi definida e aprovada pelo conselho de administração para definir a quantidade que foi outorgada ao beneficiário.

O direito dos beneficiários, especialmente o de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente será plenamente adquirido se o beneficiário (i) permanecer continuamente vinculado como administrador, diretor ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência e, cumulativamente, (ii) o preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia na data de término do período de carência deverá representar uma valorização, em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (ALPA4) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de outorga, em montante superior à variação do IPCA/IBGE no período de carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, pagamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo conselho de administração.

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

e) Programa de sócio - Plano matching

Em 15 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Ações (Programa de *Matching*). O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações de *Matching* na medida em que, dentre outras condições, os referidos beneficiários instavem verbos autorizadas na aquisição e manutenção de ações próprias sob sua conta e risco, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia e sociedades sob o seu controle; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle. O Conselho de Administração selecionará os beneficiários que poderão participar do plano. A base será os empregados que receberem incentivo de curto prazo no ano da outorga.

A outorga de ações de *Matching* será realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, quantidade de ações de *Matching* objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações de *Matching*.

Os direitos dos beneficiários em relação às ações de *Matching*, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores, empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as ações próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da data de outorga, quando 100% (cem por cento) das ações de *Matching* serão vestidas.

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

f) Impacto contábil

Os saldos da provisão registrada no passivo e o valor registrado no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante.....	8.848	22.543	9.559	22.839
Passivo não circulante.....	66.463	33.733	71.128	35.668
Patrimônio líquido.....	18.898	15.995	18.898	15.995

O impacto contábil registrado como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 45.375 na Controladora (R\$ 63.494 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$ 46.433 no Consolidado (R\$ 65.024 em 31 de dezembro de 2019). No patrimônio líquido o impacto foi de R\$ 2.903 na Controladora e no Consolidado (R\$ 15.995 em 31 de dezembro de 2019).

24.3. Participação nos resultados
A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus empregados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Programa de participação no resultado.....	35.421	38.004	38.690	39.750

Esta obrigação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante. A despesa está contabilizada nas rubricas "Custo dos Produtos Vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas Gerais e Administrativas".

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.500.000, após aumento de R\$ 851.503 mediante integralização de reserva de lucro, aprovada em 20 de março de 2019, com a emissão de 117.612.445 novas ações, sendo 60.402.138 ações ordinárias e 57.210.307 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 25 ações para cada 100 ações possuídas em 20 de março de 2019.

Em razão da bonificação ocorrida, o número de total de ações passou a ser representado por 588.062.222 ações escriturais sem valor nominal, sendo 302.010.689 ordinárias e 286.051.533 preferenciais.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Ações ordinárias	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controladores (Itaúsa, Cambuhy I e Cambuhy Alpa).....	259.057.585	85,78%	78.887.406	27,58%	337.944.991	57,47%
Administradores:						
Conselho de Administração.....	31.562.390	10,45%	29.823.671	10,43%	61.386.061	10,44%
Demais acionistas.....	11.390.682	3,77%	168.216.258	58,81%	179.606.940	30,54%
Tesouraria.....	32	0,00%	9.124.198	3,19%	9.124.230	1,55%
Total.....	302.010.689	100%	286.051.533	100%	588.062.222	100%

Em 31 de dezembro de 2019:

Ações ordinárias	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controladores (Itaúsa, Cambuhy I e Cambuhy Alpa).....	259.057.585	85,78	75.307.606	26,33	334.365.191	56,86
Administradores:						
Conselho de Administração.....	31.562.390	10,45	29.007.756	10,14	60.570.146	10,30
Demais acionistas.....	11.390.682	3,77	172.490.700	60,30	183.881.382	31,27
Tesouraria.....	32	0,00	9.245.471	3,23	9.245.503	1,57
Total.....	302.010.689	100,00	286.051.533	100,00	588.062.222	100,00

25.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui 9.124.230 ações em tesouraria ao custo médio de R\$6,9486. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram transferidas 121.273 ações em tesouraria para os participantes do programa de incentivo de longo prazo (*Matching*).

25.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, excluídos os incentivos fiscais, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram declarados dividendos aos acionistas, tendo vista que o valor dos incentivos fiscais superaram o lucro do exercício, conforme mencionado na nota explicativa 25.4.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio.

Neste mesmo exercício, o Conselho de Administração, deliberou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. O benefício contemplou todas as 588.062.222 ações escriturais emitidas em que se divide o capital social, executando-se as ações que se encontram em tesouraria, perfazendo o montante de R\$ 30.441, sendo R\$ 0,0501 por ação ordinária e R\$ 0,0552 por ação preferencial. Fizeram jus ao recebimento dos dividendos os acionistas inscritos em 14 de fevereiro de 2020, sendo as ações negociadas "ex direito" aos dividendos a partir de 17 de fevereiro de 2020. O pagamento foi efetuado no dia 10 de março de 2020 pelo Banco Itaú S.A. Esse valor foi imputado ao dividendo anual obrigatório, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2020.

25.4. Reserva de Lucros

Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou o montante integral do lucro líquido do exercício para reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 140.195 (R\$ 242.062 em 31 de dezembro de 2019), tendo em vista que os incentivos fiscais do exercício no montante de R\$ 237.169 foram superiores ao lucro líquido do exercício, o complemento relativo a essa diferença será destinado para a reserva de incentivos em períodos futuros, quando da apuração desses resultados, conforme mencionado no artigo 195-A da Lei 12.973.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve destinação de reserva legal, pelo mesmo motivo mencionado no parágrafo anterior.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta:				
Mercado interno.....	2.718.691	2.649.152	3.037.881	3.018.388
Mercado externo.....	309.834	360.451	964.157	829.381
	3.028.525	3.009.603	4.002.038	3.847.769
Devoluções e abatimentos.....	(78.396)	(48.160)	(187.196)	(77.647)
Impostos incidentes sobre as vendas.....	(374.877)	(391.409)	(450.564)	(490.371)
Receita operacional líquida.....	2.575.252	2.570.034	3.364.278	3.279.751

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos:				

